

Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 3**

**Leonardo Tullio
(Organizador)**



Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-132-9

DOI 10.22533/at.ed.329191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste III volume, apresentamos as aplicações práticas das técnicas de extensão rural, trabalhos aplicados a resolução de problemas reais e que propõem estratégias para o sucesso no empreendimento.

Tratar sobre o agronegócio envolve vários setores, a complexidade deve ser entendida para estabelecer relações e resoluções de problemas. Os horizontes da ciência social rural são inúmeros e que juntos formam a cadeia do agronegócio, que gera oportunidade de trabalho e renda para milhares de pessoas. Discutir sobre esses horizontes, analisar e propor alternativas é o futuro sendo traçado, pois a complexidade e o avanço tecnológico que estamos passando exige conhecimento técnico avançado.

Assim, contribuímos com esse avanço quando desenvolvemos pesquisas e publicamos para que outras pessoas possam discutir e validar a proposta, sendo a disseminação de resultados a chave para a complexidade do conhecimento.

Por fim, aproveito e desejo boas leituras e olhar crítico sobre os temas a presentados neste volume, construa seu conhecimento pouco a pouco.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DO CLUSTER VINÍCOLA DA FRONTEIRA OESTE/RS ATRAVÉS DO MODELO TEÓRICO ZACCARELLI ET AL (2008)	
<i>Matheus de Mello Barcellos</i>	
<i>Katiane Rossi Haselein Knoll</i>	
<i>Paulo Cassanego Jr</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918021	
CAPÍTULO 2	17
ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DOS PRINCIPAIS COMPLEXOS EXPORTADORES DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO	
<i>Mygre Lopes da Silva</i>	
<i>Rodrigo Abbade da Silva</i>	
<i>Bruno Pereira Conte</i>	
<i>Nadine Gerhardt Lermen</i>	
<i>Daniel Arruda Coronel</i>	
<i>Reisoli Bender Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918022	
CAPÍTULO 3	31
O COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E VENEZUELA DE 1998-2013	
<i>Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues</i>	
<i>Ariana Cericatto da Silva</i>	
<i>Priscila Marçal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918023	
CAPÍTULO 4	47
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA DE LEITE E DERIVADOS DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ-AC	
<i>Emerson Luiz Curvêlo Machado</i>	
<i>Raimundo Claudio Gomes Maciel</i>	
<i>Pedro Gilberto Cavalcante Filho</i>	
<i>Reginaldo Silva Mariano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918024	
CAPÍTULO 5	65
ESTIMATIVA DAS EMISÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PROVENIENTES DA PECUÁRIA LEITERIA DA REGIÃO DO CONDEPRO/RS	
<i>Thelmo Vergara de Almeida Martins-Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918025	
CAPÍTULO 6	83
ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE PROCESSAMENTO DE LEITE E DERIVADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ	
<i>Uellington Corrêa</i>	
<i>Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro</i>	
<i>Érik Campos Dominik</i>	
<i>Gideon Carvalho de Benedicto</i>	
<i>Bryan William Alvarenga Corrêa</i>	
<i>Israel Marques da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918026	

CAPÍTULO 7 101

ESTUDO DOS CUSTOS E RECEITAS DE LABORATÓRIOS DE PRODUÇÃO E PRÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Gideon Carvalho de Benedicto
Francisval de Melo Carvalho
Renato Silvério Campos
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.3291918027

CAPÍTULO 8 113

ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE LEITEIRA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ

Uellington Corrêa
Marcos Aurélio Lopes
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Gideon Carvalho de Benedicto
Israel Marques da Silva
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.3291918028

CAPÍTULO 9 130

ANÁLISE DE CAUSALIDADE DE PREÇOS NO MERCADO INTERNACIONAL DA SOJA: O CASO DO BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS UNIDOS

Bruna Márcia Machado Moraes
Reisoli Bender Filho
Kelmara Mendes Vieira
Paulo Sérgio Ceretta

DOI 10.22533/at.ed.3291918029

CAPÍTULO 10 145

A INFLUÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA *IN NATURA*

Bruna Márcia Machado Moraes
Reisoli Bender Filho
Daniel Arruda Coronel

DOI 10.22533/at.ed.32919180210

CAPÍTULO 11 161

ANÁLISE ECONÔMICA SOBRE O IMPACTO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NA REGIÃO DE PARANAÍ – PR

Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera
Ednaldo Michellon
Alexandre Florindo Alves

DOI 10.22533/at.ed.32919180211

CAPÍTULO 12 178

ELASTICIDADE DE TRANSMISSÃO DE PREÇOS DA CARNE DE FRANGO NO MERCADO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Francisval de Melo Carvalho
Gideon Carvalho de Benedicto
Euler de Assis Corrêa
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.32919180212

CAPÍTULO 13 192

CAUSALIDADE E ELASTICIDADE DE TRANSMISSÃO DE PREÇO DE SUÍNOS EM TERMINAÇÃO ENTRE MERCADOS BRASILEIROS

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
José Willer do Prado
Bryan William Alvarenga Corrêa
Euler de Assis Corrêa
Gideon Carvalho de Benedicto

DOI 10.22533/at.ed.32919180213

CAPÍTULO 14 209

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PIAUÍ NA VISÃO DOS PRODUTORES NO TERRITÓRIO RURAL PLANÍCIE LITORÂNEA

Maria de Jesus Gomes de Lima
José Newton Pires Reis
Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima
Edvania Gomes de Assis
Francisco Pereira da Silva Filho
James José de Brito Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32919180214

CAPÍTULO 15 226

A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF CUSTEIO E INVESTIMENTO NO BRASIL: 2013 A 2016

Lidiane Kasper
Dionéia Dalcin
Carlos Thomé
Juliana Strieder Kern

DOI 10.22533/at.ed.32919180215

CAPÍTULO 16 242

SAZONALIDADE DOS PREÇOS: UMA ANÁLISE DA BANANA DE SEQUEIRO, DA CANA DE AÇÚCAR E DO MILHO NAS MICRORREGIÕES DO CEARÁ

Gerlânia Maria Rocha Sousa
Meire Eugênia Duarte
José Wandemberg Rodrigues Almeida
Fábio Lúcio Rodrigues
Railson Alexandrino dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32919180216

CAPÍTULO 17	259
ANÁLISE DE GÊNERO E AUTONOMIA FINANCEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ENFOQUE NO PROGRAMA “GÊNERO E GERAÇÃO”	
<i>Renata Borges Kempf</i>	
<i>Simão Ternoski</i>	
<i>Josiane Caldas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180217	
CAPÍTULO 18	277
A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO NOROESTE DE MINAS: AVALIAÇÃO DO PROINF ENTRE 2003 E 2012	
<i>Clesio Marcelino de Jesus</i>	
<i>José Flores Fernandes Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180218	
CAPÍTULO 19	298
CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EXTRATIVO DA CARNAÚBA À LUZ DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DOS ANOS DE 2013 A 2017	
<i>José Natanael Fontenele de Carvalho</i>	
<i>Jaíra Maria Alcobaça Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180219	
SOBRE O ORGANIZADOR	314

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO NOROESTE DE MINAS: AVALIAÇÃO DO PROINF ENTRE 2003 E 2012¹

Clesio Marcelino de Jesus

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais – IERI/UFU.
Uberlândia-MG

José Flores Fernandes Filho

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais – IERI/UFU.
Uberlândia-MG

RESUMO: O trabalho contribui para o entendimento dos impactos de políticas governamentais que utilizam abordagem territorial para promoção do Desenvolvimento Rural. Para tanto, selecionamos o Território Rural Noroeste de Minas para estudo, avaliando o impacto dos projetos Proinf's financiados localmente na capacidade de reduzir assimetrias socioeconômicas municipais e promover desenvolvimento. Após contextualização teórica e histórica do tema e das políticas implantadas no Brasil, com ênfase no Proinf, apresentamos e analisamos o Território por meio de dados secundários e em seguida analisamos os projetos Proinf implantados. Como resultado, concluímos que os projetos executados têm baixo impacto para o efetivo desenvolvimento territorial rural.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, desenvolvimento territorial, territórios rurais.

ABSTRACT: This paper contributes to the understanding of the impacts of governmental policies that use the territorial approach to promoting rural development. We selected the Rural Northwest Territory of Minas Gerais to study assessing the impact of the Proinf projects locally funded projects in the municipal capacity to reduce socioeconomic disparities and promote development. After a theoretical and historical background of the topic and the policies implemented in Brazil, with emphasis on Proinf, we present and analyze the Territory through secondary data and then analyze the Proinf projects implemented. As a result, we conclude that the projects have a low impact on the effective territorial rural development.

KEYWORDS: public policy, regional development, rural areas.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, acentuadamente a partir da década de 1990, o debate em torno do termo desenvolvimento ganhou novos elementos, resultado do processo que promoveu crescimento econômico desigual dentro da nação, dentro e dentre estados da unidade da federação, como Minas Gerais, e se repetiu pela América Latina. Esta “nova” configuração

¹ Agradecemos o apoio á pesquisa por meio do Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais N°. 05/2009.

para a promoção do desenvolvimento econômico ganhou novos adjetivos, como o regional, o local, o territorial e o sustentável.

Utilizaremos o aporte territorial, que tem sido aplicado recentemente como instrumento de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento rural de espaços “poucos privilegiados”, cuja origem está na descentralização das políticas públicas. Essas políticas foram inspiradas tanto em políticas públicas que induzem a constituição de arranjos socioprodutivos territoriais, como aqueles que se constituem autonomamente.

No Brasil, “emergiram” arranjos socioprodutivos territoriais induzidos por políticas públicas com objetivos de promover o desenvolvimento rural, como é o caso dos Territórios Rurais (TR) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Eles estão presentes no estado de Minas Gerais em treze territórios, abarcando um total de 199 municípios, a grande maioria deles localizados em regiões com elevadas carências socioeconômicas.

Assim, o objetivo desse trabalho é avaliar o impacto dos Projetos de Investimentos (Proinf) sobre uma experiência de desenvolvimento territorial: o Território Rural Noroeste de Minas, que foi induzido pelo Governo Federal a partir de 2003 com objetivo da promoção do desenvolvimento rural.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção realizamos revisão teórica e histórica sobre o tema. Na segunda seção apresentamos a política de desenvolvimento territorial no Brasil destacando os territórios rurais do MDA e o Programa Proinf por meio de trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e sites dos programas. Na sequência, apresentamos o Território Noroeste de Minas e analisamos alguns dados socioeconômicos, com base em informações secundárias do território. Finalmente, na quarta seção analisamos os projetos Proinf’s financiados no Território Noroeste de Minas por meio da análise dos projetos e seus respectivos planos de trabalho aliados a pesquisas de campo, em que entrevistamos proponentes/gestores e beneficiários dos projetos por meio do projeto de pesquisa e extensão financiado pelo edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais N°. 05/2009.

A execução dessa metodologia nos permite concluir que a indução ao desenvolvimento territorial rural é um importante instrumento de promoção de comunidades rurais atrasadas e esquecidas, conforme vem ocorrendo com a indução e o financiamento de empreendimentos no Noroeste de Minas. Porém, é preciso corrigir a sua trajetória para reduzir as assimetrias entre os municípios rurais e promover diversificação produtiva, geração de emprego e renda, acesso à cultura e a programas sociais, entre outros.

2 | DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

A abordagem territorial tem sido utilizada recentemente como instrumento de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento rural, que utiliza o recorte de território zona, ou seja, se induz a constituição de espaços geográficos contínuos para realizar “esforços” comuns que visa construir uma articulação entre a sociedade e poder público para agir em busca do desenvolvimento territorial rural.

A origem “recente” da busca pela promoção do desenvolvimento territorial remete à crise do fim da década de 1970 e início da década de 1980, quando o Estado não conseguia atuar na perspectiva intervencionista de promoção do crescimento econômico. O Estado passou a ser atacado, a ser visto como obstáculo ao desenvolvimento e, ainda, a ser considerado o responsável pela crise dos anos de 1980 e não pôde repetir o padrão dos chamados “anos gloriosos” nos países centrais e periféricos (BENKO, 2002).

Nesse contexto, ganham força os teóricos liberais, com uma “nova roupagem” que passou a ser denominada de neoliberalismo. No Brasil e na América Latina foi imposta uma prioridade à política de estabilização monetária sobre as demais políticas públicas, visando promover o crescimento da economia (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002). Para Ortega (2008, p. 29), “as políticas neoliberais ganham a hegemonia e passam a orientar a menor intervenção estatal na economia”.

No geral, foram implantadas medidas patrocinadas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), para eliminar as ineficiências ligadas a imperfeições no funcionamento do mercado e buscar aumento de competitividade. Essas medidas neoliberais ficaram conhecidas como Consenso de Washington e foram impostas aos países em desenvolvimento, com ênfase especial na redução do papel do Estado (BAUMANN, 2000). Dentre as medidas esteve a descentralização de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento em detrimento do planejamento centralizado de origem keynesiana. Descentralização que ganhou espaço, adentrando o discurso pragmático dos partidos políticos, sem distinção de posição e de sua natureza político-ideológica (FIORI, 1995), em que o desenvolvimento local e o regional com enfoque territorial ganharam relevância.

A descentralização ocorreu em um contexto de redemocratização, em que a sociedade civil exigia maior participação, cobrando melhores resultados econômicos e sociais junto ao Estado (FIORI, 1995). Isto aliado ao fato de que os resultados das políticas neoliberais, em termos sociais, não eram bons (VEIGA, 2005). Essa situação levou os organismos multilaterais internacionais a incentivar a adoção de novas propostas de desenvolvimento. O Banco Mundial, em seus relatórios, recomendou a descentralização por meio da democracia e o estímulo a iniciativas locais com maior participação da população local para estimular o desenvolvimento (WORLD BANK, 2001).

A experiência europeia – com destaque para a “Terceira Itália”, considerada uma experiência de desenvolvimento territorial de caráter autônomo e endógeno – tornou-se referência paradigmática na formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento territorial em muitos países do mundo. O êxito dessa experiência levou o Banco Mundial e o FMI a reformularem suas propostas sobre desenvolvimento, incorporando a noção de capital social e humano, território e sustentabilidade em suas concepções de políticas para o desenvolvimento (MENDONÇA; ORTEGA, 2005).

Outra referência foi o Programa LEADER, uma política de desenvolvimento territorial da União Europeia e seus Estados membros voltada para as zonas rurais por meio do apoio a projetos de espectro variado dentro de arranjos socioprodutivos. Tal política foi fundamental para melhorar as condições infraestruturais e institucionais para os territórios selecionados, abarcando ampla camada da população inserida, ou seja, foram capazes de propiciar o desenvolvimento territorial ao prover a diversificação de atividades (produtivas e também sociais e culturais) para amplas áreas rurais da Europa (FORO IESA, 2009; MOYANO-ESTRADA, 2010).

Assim, os “modelos” de desenvolvimento que lograram êxito, especialmente os de caráter endógeno e autônomo, passaram a ser referenciados, especialmente pelos organismos multilaterais internacionais. O fato é que novas propostas organizacionais da gestão pública apoiadas na descentralização administrativa foram recomendadas para a promoção do desenvolvimento e, “em linhas gerais, passaram a valorizar as estruturas de organização dos governos locais e a maior participação das sociedades na condução das políticas públicas” (MENDOÇA, 2005, p. 7).

De acordo com Ortega (2008), surgem duas estratégias de planejamento para a adoção de políticas de desenvolvimento territorial. Uma orientação vem de cima para baixo (*top-down*), cuja proposta de desenvolvimento local é planejada pelo Estado, especialmente na esfera federal. A outra orientação congrega a proposta de descentralização, pois os planos de desenvolvimento são elaborados com apoio e participação do poder público e sociedade civil, ou seja, é uma orientação que vem de baixo para cima (*bottom-up*).

Foi nesse campo conflituoso de visões teóricas e de desdobramentos políticos que o desenvolvimento local ganhou destaque na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular. De acordo com Ortega (2008), observa-se o surgimento de um conjunto de experiências autônomas ou induzidas por políticas de incentivo à constituição de arranjos socioprodutivos de concertação social. Nesses espaços locais, na maioria das vezes de caráter rural, são reconhecidas as ações dos atores sociais coletivos (organizações de caráter econômico ou político), na construção de novos arranjos institucionais para a formulação e gestão de políticas públicas concertadas, em busca de alternativas para o desenvolvimento territorial (JESUS, 2013).

Na prática, podem ser apontados dois conjuntos de ações/políticas de desenvolvimento territorial. De um lado, o Governo Federal vem promovendo programas de desenvolvimento territorial no Brasil, com foco no combate à pobreza, visando à

geração de renda, aumento da produção e combate a situação de insegurança alimentar por meio da promoção do recorte intermunicipal. Como são os casos dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local Sustentável (CONSADs), quanto dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania.

Do outro lado, em um contexto de globalização, foi ocorrendo a consolidação de ações/experiências de desenvolvimento territorial com caráter relativamente autônomo e endógeno, caso do Território Café do Cerrado em Minas Gerais (ORTEGA; JESUS, 2012). Espaço que emergiu na ausência deixada pelo Estado, consolidando uma experiência autônoma de concertação social local ligada a uma cadeia produtiva referenciada territorialmente.

Devemos ter em mente que a formação de um território é algo dinâmico, que inclui toda a vida socioeconômica regional, tanto as forças convergentes como as divergentes (JESUS, 2013). Portanto, território é o espaço que se estrutura em virtude de uma ação social e que compreende os aspectos econômico, social e político. Os empreendimentos tornam-se regionalmente significativos, porque criam território, no sentido de que determinam espaços sociais de ação, que se identificam com o município e com conjuntos de municípios. Neste sentido, um projeto territorial dever ser:

[...] guiado por uma ação/atividade dominante, quase sempre econômica, mas não exclusivamente, e, em torno dela, desenvolvem-se outras atividades, que beneficiam mais pessoas e novos ambientes. Para serem considerados territoriais, os projetos ultrapassam os limites municipais e não se restringem a uma única ação/atividade (SEI/BA, 2004, p. 117).

O estudo da SEI/BA (2004) faz um forte atrelamento entre os projetos existentes em uma determinada região e a sua capacidade de unificar ações positivas e organizar processos que levem ao desenvolvimento de um território. Normalmente, este projeto está vinculado a algum tipo de ação desenvolvida por uma organização/instituição, seja ela uma associação de produtores rurais, uma Organização Não Governamental (ONG), um Conselho de desenvolvimento rural etc., o que leva, em muitos casos, a uma identificação do projeto e até de certas organizações com o território.

Nesse sentido, o território é o ambiente em que se executa um projeto político de desenvolvimento territorial. É essencialmente político, pois envolve atores e instituições locais que não necessariamente defendem os mesmos grupos, interesses e ideias, mas atuam de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento. Segundo Abramovay (2004) a discussão em torno do território é algo fundamental quando se trata do desenvolvimento territorial e exige uma análise ampliada do “espaço socialmente construído”, que deve considerar o histórico de inter-relações sociais e econômicas localizadas geograficamente.

O Governo Federal e os Governos de vários estados brasileiro vêm executando experiências de desenvolvimento territorial e, para tanto, têm utilizando os princípios

dos consórcios territoriais de desenvolvimento levados a cabo, principalmente, pelos MDA, MDS, Casa Civil, entre outros. Além de outros espaços territoriais constituídos de forma autônoma.

Para o desenvolvimento rural, a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do MDA evidencia a importância que o Governo Federal deu ao tema (ORTEGA, 2008; JESUS, 2013). Esta secretaria tem trabalhado com a constituição de territórios-zonas (espaço contínuo), como um resultado e não como um dado, ou, como analisa Milton Santos, o território usado, pois ele é fruto de uma construção social, cultural, histórica ou institucional, envolvendo uma lógica coletiva dos atores presentes (SANTOS, 2000). Assim, território é:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a Economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT/MDA, 2010).

Esse é o cenário complexo do contexto do desenvolvimento territorial rural que está presente no Brasil, seja pela via dos territórios induzidos por políticas públicas, seja com os territórios constituídos de forma autônoma.

3 | A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL: O CASO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO MDA

Foi no início da década de 1990 que as políticas públicas descentralizadoras entraram em cena no Brasil para promoção do desenvolvimento. Para Mendonça e Ortega (2005), desde o final da década de 1990 a abordagem territorial já estava presente nas políticas públicas federais com a criação do Programa Comunidades Ativas, cujo objetivo era combater a pobreza e fomentar o desenvolvimento local com a criação dos fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Os DLIS foram completamente reestruturados no Governo do Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, originando dela os CONSADs que estão sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS, quando foram constituídos, em 2003, quarenta CONSADs em todo o país, sendo que um deles reúne dez municípios que integram o Território Rural Noroeste de Minas. Entretanto, essa política foi deixada em segundo plano, especialmente no Governo Dilma e Temer.

Na perspectiva de promoção do desenvolvimento rural, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com objetivo de fortalecer a agricultura familiar. Isto ocorreu em um contexto de elevados conflitos pela questão agrária, que pressionou o Governo Federal a dar uma resposta para o

segmento. Para Carneiro (1997), o PRONAF, por meio do fornecimento do crédito subsidiado, foi direcionado, inicialmente, para a produção, incentivando investimentos na tecnificação da agricultura familiar para buscar maior produtividade e rentabilidade, desconsiderando questões sociais como o aumento do desemprego no campo e o incentivo ao êxodo rural. Também no âmbito do PRONAF foi criada uma linha de financiamento, infraestrutura e serviços, com inspiração de políticas europeias para o desenvolvimento rural, por meio do Programa LEADER.

Para serem beneficiados com a linha Infraestrutura e Serviços, os municípios deveriam constituir seu Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que deveria representar democraticamente os interesses da agricultura familiar do município, elaborar e aprovar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), para receber recursos financeiros destinados a essa linha (MENDONÇA; ORTEGA, 2005).

Nessa composição, o PRONAF Infraestrutura e Serviços financiava a infraestrutura local e também incentivava a organização social local (capital social) com a criação dos conselhos participativos, que inicialmente foi direcionada para o âmbito municipal, e com a criação dos Territórios Rurais do MDA, em 2003, foi ampliado para perspectiva territorial. Em 2003, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que encaminhou essa reformulação e passou a coordenar a linha de infraestrutura do PRONAF, modificando sua estrutura para agregar mais ações nessa modalidade, o que resultou no PRONAT (Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais) que foi cunhado como Territórios Rurais de Identidade.

Dentre os objetivos, o PRONAT visa promover e apoiar a participação dos diversos agentes no processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, realizando ações para melhorar a qualidade de vida. Ou seja, busca-se promover o desenvolvimento dos territórios rurais de forma participativa e endógena, combater a exclusão social, reduzir a pobreza e diminuir as assimetrias regionais e sociais (ROCHA e FILIPPI, 2008).

Com o PRONAT, os territórios passam a receber apoio cujas ações estão organizadas nas seguintes áreas de resultados: articulação de políticas públicas; organização e gestão social; formação de agentes de desenvolvimento territorial; dinamização econômica e inclusão produtiva, sendo que este último contempla também o cooperativismo e a ação infraestrutura e serviços territoriais (Proinf). O Proinf “é uma ação orçamentária que compõe o Pronat, cuja finalidade é financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)” (MANUAL PROINF, 2011).

Os Territórios Rurais constituem espaços criados para estabelecer interlocução entre os poderes públicos e os atores sociais mais organizados com o objetivo encontrar a melhor integração e articulação das políticas públicas dos governos Federal, Estadual e Municipal com a sociedade civil, em torno do desenvolvimento de territórios constituídos. Logo os Territórios Rurais foram implantados para constituírem

organizações com articulação colegiada.

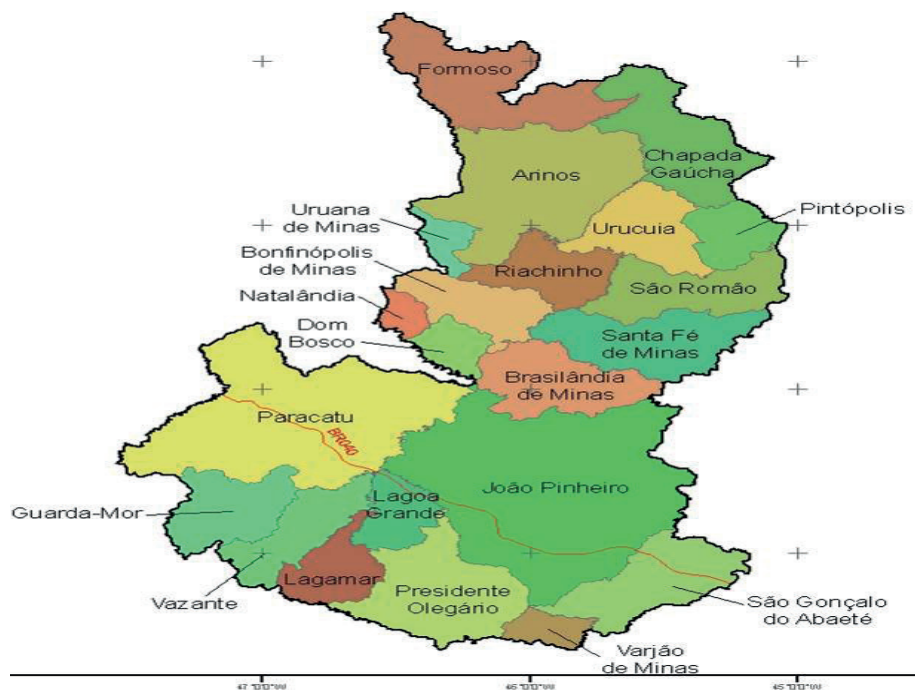
Seguindo as Resoluções nº 48 e nº 52, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), para que o Colegiado Territorial desenvolva a gestão de promoção do desenvolvimento territorial devem ser constituídas as seguintes instâncias: Plenário, Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico. O colegiado também pode constituir câmaras temáticas para auxiliar na gestão e contar com suporte técnico.

A SDT enumera doze principais atribuições do Colegiado para a gestão social do processo de Desenvolvimento Rural Sustentável, como: elaborar o PTDRS; deliberar sobre o processo de implementação da estratégia de desenvolvimento territorial; defender e apoiar o processo de organização e mobilização dos diversos segmentos sociais; articular, apoiar, acompanhar e fiscalizar os arranjos institucionais de âmbito territorial; propor e apoiar políticas públicas, programas, projetos, ações e iniciativas diversas respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável; enfim, realizar ações para solidificar o desenvolvimento territorial (SDT/MDA, 2010).

Assim, por meio de estudo dirigido ao Território Rural Noroeste de Minas, pretendemos avaliar o impacto dos projetos financiados pelo Programa Pronat/Proinf para o conjunto de municípios locais na capacidade de reduzir as assimetrias regionais econômicas e sociais bem como promover o desenvolvimento territorial rural.

4 | O TERRITÓRIO RURAL NOROESTE DE MINAS

Para analisar o impacto das políticas do Pronat/Proinf no Território Noroeste de Minas, procuramos apresentar alguns elementos das dimensões geográfica, demográfica, social e econômica que melhor caracterizam o Território. O Território Rural Noroeste de Minas (Mapa 1) foi criado em 2003 logo no início da execução do Programa de Desenvolvimento Territorial. Nesse contexto, dezenove municípios integraram a sua criação, que foi ampliada para 22 em fevereiro de 2008, com a inclusão do Território no Território da Cidadania do Governo Federal (PTDRS, 2010).



Mapa 1. Municípios que compõem o Território Noroeste de Minas

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Na dimensão geográfica e demográfica a grande extensão e o vazio demográfico do Território chamam a atenção. Ocupa área de 60.906,30 km², equivalente a 10,38% de área total e apenas 1,60% da população estadual, o que resulta em apenas 5,15 habitantes por km², enquanto o estado tem 33,41 por km² (Tabela 1). Pode-se verificar baixa assimetria no vazio populacional entre os 22 municípios em relação à densidade. A maior densidade está em Vazante, com 10,31 habitantes por km², bem inferior à do estado, enquanto, de outro lado, Santa Fé de Minas possui apenas 1,36 habitantes por km².

Por outro lado, em relação à extensão territorial, existe grande diferença assimétrica: de um lado, está o município de João Pinheiro, o maior de Minas Gerais e do Território, com 10.768,40 km², enquanto Natalândia possui apenas 473 km². Na média, cada município possui mais de 2.768 km², considerado como municípios grandes, pois a média mineira é de 687,60 km² e apenas três municípios do Território estão abaixo dessa média.

Municípios	População 2010				Taxa Anual de Crescimento 00-10			Área total do município	Habitantes por km ²
	Total	Urbana	Rural		Total	Urbana	Rural		
		Total	Total	%					
Arinos	17.674	10.854	6.820	38,6%	-0,02%	0,69%	-1,04%	5.338,50	3,31
Bonfinópolis de Minas	5.865	4.137	1.728	29,5%	-0,94%	-0,16%	-2,57%	1.825,80	3,21
Brasília de Minas	14.226	12.372	1.854	13,0%	2,17%	2,99%	-1,97%	2.523,70	5,64
Chapada Gaúcha	10.805	5.761	5.044	46,7%	4,04%	6,46%	1,87%	2.477,20	4,36
Dom Bosco	3.814	2.052	1.762	46,2%	-0,61%	0,16%	-1,43%	824,50	4,63
Formoso	8.177	5.173	3.004	36,7%	2,29%	4,26%	-0,36%	3.833,40	2,13
Guarda-Mor	6.565	3.688	2.877	43,8%	-0,14%	0,49%	-0,88%	2.072,30	3,17
João Pinheiro	45.260	36.761	8.499	18,8%	0,90%	1,26%	-0,51%	10.768,40	4,20
Lagamar	7.600	5.128	2.472	32,5%	-0,14%	0,64%	-1,58%	1.479,70	5,14
Lagoa Grande	8.631	6.408	2.223	25,8%	1,27%	1,58%	0,43%	1.223,10	7,06
Natalândia	3.280	2.471	809	24,7%	-0,04%	0,46%	-1,42%	473,00	6,93
Paracatu	84.718	73.772	10.946	12,9%	1,20%	1,59%	-1,08%	8.241,10	10,28
Pintópolis	7.211	2.532	4.679	64,9%	0,37%	1,40%	-0,14%	1.236,80	5,83
Presidente Olegário	18.577	13.150	5.427	29,2%	0,44%	1,71%	-2,06%	3.539,00	5,25
Riachinho	8.007	4.435	3.572	44,6%	0,04%	1,30%	-1,31%	1.739,40	4,60
Santa Fé de Minas	3.968	2.291	1.677	42,3%	-0,55%	1,54%	-2,79%	2.926,50	1,36
São Gonçalo do Abaeté	6.264	4.168	2.096	33,5%	1,44%	0,68%	3,15%	2.695,90	2,32
São Romão	10.276	6.469	3.807	37,0%	2,82%	2,27%	3,83%	2.444,80	4,20
Uruana de Minas	3.235	1.818	1.417	43,8%	-0,09%	0,38%	-0,65%	592,60	5,46
Uruçuaia	13.604	6.165	7.439	54,7%	3,53%	3,62%	3,46%	2.082,80	6,53
Varião de Minas	6.054	5.021	1.033	17,1%	2,56%	3,71%	-1,59%	654,80	9,25
Vazante	19.723	15.919	3.804	19,3%	0,41%	0,64%	-0,50%	1.913,00	10,31
Total Território	313.534	230.545	82.989	26,5%	1,07%	1,62%	-0,30%	60.906,30	5,15
Minas Gerais	19.597.330	16.715.216	2.882.114	14,7%	0,91%	1,31%	-1,10%	588.383,60	33,31

Tabela 1 – Informação populacional e demográfica no Noroeste de Minas

Fonte: IBGE. Tabulação dos autores.

A extensão territorial de cada município leva a uma situação bastante inusitada em relação às distâncias a serem percorridas entre a sede municipal e a zona rural. Em municípios como João Pinheiro, Paracatu, Arinos, Presidente Olegário e mesmo São Romão, existem comunidades rurais localizadas a mais de 80 km da sede municipal. A extensão territorial também prejudica o deslocamento entre os municípios do Território. Situação que dificulta o acesso dos agricultores aos mercados local e regional.

De acordo com dados da Tabela 1, podemos observar que a população do Território cresceu a taxa de 1,17% ao ano, passando de 281.942 para 313.534 habitantes entre os Censos Populacionais de 2000 e 2010, crescimento acima da média do estado (0,91%). Há que se notar que houve um comportamento distinto entre o meio urbano e o rural, pois enquanto a população do meio urbano cresceu 1,62% a/a, o campo perdeu -0,30%, taxa bem inferior à média de perda estadual, que foi de -1,10% a/a.

Esse percentual de queda, de -0,30%, gera alguma preocupação, pois, nessa década, houve várias ações de políticas de assentamentos na região, fato que levou homens da cidade para o campo, bem como outras políticas voltadas para o meio rural, inclusive de geração de renda (INCRA e MDA), mas não foram suficientes para evitar tal queda, tendência que se repetiu pelo estado de Minas Gerais.

É importante observar que o comportamento populacional dentro do Território é bastante distinto (Tabela 1), o que pode sugerir dinâmicas econômicas e sociais diferenciadas entre os municípios na década de 2000. Podem ser enumerados municípios que a população total (urbana e rural) cresceu, outros que a população

total cresce, entretanto, com crescimento da população urbana em detrimento da rural, municípios cuja população total decresce, com crescimento da urbana em detrimento da rural e, Bonfinópolis de Minas, cuja população total (urbana e rural) decresce (Tabela 1).

Outra característica importante, tomando-se como referência os dados do Censo Populacional 2010 (Tabela 1), é o peso da população rural no Território Noroeste de Minas, pois 73,5% da população vivem no meio urbano e 26,5% no meio rural, totalizando 82.989 habitantes no campo, enquanto no estado o percentual da população urbana atingiu 85,3% e, apenas, 14,7% no meio rural. A população rural está distribuída de forma distinta entre os municípios do Território, desde Paracatu (12,9%) a Pintópolis (64,89%).

Com relação ao comportamento socioeconômico do Território, pode-se caracterizá-lo em duas dimensões distintas: a primeira reúne o conjunto de municípios com sérias demandas e baixo indicadores sociais; a segunda, em um patamar acima, mas não em uma situação ótima, reúne os demais municípios. A Tabela 2 apresenta os dados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para os municípios do Noroeste de Minas demonstrando que embora haja melhoras do indicador de 2000 para 2010, o valor do IDH 2010, para 20 dos 22 municípios é menor que a média estadual (0,731).

Em 2010, apenas Pintópolis apresentou IDH abaixo de 0,600, na classe baixa. Em dezesseis municípios, o IDH ficou entre 0,600 e 0,700, considerado médio, enquanto outros cinco municípios registram IDH entre 0,700 e 0,800, considerado alto. Todavia, somente dois municípios registraram IDH um pouco acima da média Mineira, Vazante (0,742) e Paracatu (0,744) (Tabela 2). Um fato é relevante, o comportamento do IDH entre os municípios com piores indicadores vem melhorando acima do ritmo do Estado, convergindo para a média mineira, conforme demonstrou (ORTEGA e JESUS, 2014).

Conforme os dados do IDH indicam, as condições socioeconômicas apresentam evolução. A renda per capita cresceu acima dos 36,6% registrado em Minas Gerais entre 2000 e 2010 em 18 municípios do território, com destaque, Lagoa Grande, que cresceu 114%. Tal crescimento de renda é explicado em grande medida pelos programas de transferência de renda, especialmente entre os municípios mais pobres. Entretanto, observa-se que todos os municípios possuem uma renda mensal inferior à média mineira, que é de R\$ 749,69, o que por si só já revela a baixa renda no Território cuja média é apenas R\$ 510,06, demonstrando pouco dinamismo econômico (Tabela 2).

Esse comportamento do aumento da renda ajudou a diminuir o percentual de pobres e de extremamente pobres em todos os territórios mineiros. Conforme dados da Tabela 2, ambos os indicadores apresentam queda de 2000 para 2010 em todos os municípios do território. Em Minas Gerais o percentual de população extremamente pobre passou de 9,05% para 3,49% e, da população pobre, passou de 24,64% para 10,97%. Enquanto isso, nos municípios do Noroeste o ritmo da queda foi menor que o Mineiro em ambos os indicadores.

Tomando como parâmetro o percentual de pobres, podemos perceber que seis municípios registraram percentuais inferiores ao mineiro, com destaque para Vazante, com apenas 5,39% de pobres. Por outro lado, os dezesseis municípios registraram percentuais acima do mineiro, com oito municípios registrando mais de 30% da população como pobre e elevado percentual de extremamente pobre. O patamar médio de 6,52% para o Território gerou um saldo superior a 20 mil habitantes com renda inferior a R\$ 70,00, o que implica a necessidade de políticas especiais para tal grupo, como indica o programa do Governo Federal.

Municípios	IDHM (2000)	IDHM (2010)	Renda per capita (2000)	Renda per capita (2010)	% de extrema mente pobres (2000)	% de extrema mente pobres (2010)	% de pobres (2000)	% de pobres (2010)
Arinos	0,514	0,656	242,04	349,52	33,86	15,34	57,05	35,37
Chapada Gaúcha	0,484	0,635	311,58	472,15	15,87	4,75	43,45	14,32
Formoso	0,503	0,640	380,15	444,35	15,52	3,04	40,31	13,40
Pintópolis	0,451	0,594	253,67	282,53	38,54	20,16	65,39	35,32
Riachinho	0,513	0,632	251,40	394,72	17,20	5,31	44,26	18,86
São Romão	0,518	0,640	311,16	370,41	32,50	13,71	52,80	30,59
Uruana de Minas	0,477	0,664	443,52	660,72	4,83	3,30	17,55	10,15
Urucuaia	0,459	0,619	387,79	562,24	8,75	3,28	29,92	12,24
Bonfinópolis de Minas	0,567	0,678	360,19	592,95	8,58	3,42	25,16	9,36
Brasilândia de Minas	0,564	0,674	375,81	543,58	6,39	2,53	24,86	12,74
João Pinheiro	0,581	0,697	285,13	431,11	19,14	3,62	41,87	13,40
Presidente Olegário	0,557	0,701	443,35	637,80	8,64	2,37	28,15	9,34
Santa Fé de Minas	0,516	0,615	144,94	260,14	43,58	24,76	64,43	41,84
São Gonçalo do Abaeté	0,553	0,670	349,69	546,68	9,43	3,67	25,02	9,80
Varjão de Minas	0,583	0,711	206,93	290,89	32,33	16,98	58,36	33,66
Dom Bosco	0,538	0,673	196,31	313,25	27,98	16,05	61,50	32,46
Guarda-Mor	0,580	0,690	354,44	502,57	7,95	5,32	30,96	12,42
Lagamar	0,610	0,718	213,48	307,02	31,81	14,20	63,34	35,65
Lagoa Grande	0,571	0,679	168,52	360,58	28,30	15,36	48,55	28,09
Natalândia	0,546	0,671	173,98	259,38	38,83	12,86	66,58	35,63
Paracatu	0,613	0,744	343,98	528,14	4,29	3,37	20,24	7,68
Vazante	0,619	0,742	509,74	650,88	3,78	2,49	17,88	5,39
Indicador Territorial	0,567	0,694	359,07	510,06	15,45	6,52	36,37	16,89
Minas Gerais	0,624	0,731	548,87	749,69	9,05	3,49	24,64	10,97

Tabela 2 – Indicadores sociais do Noroeste de Minas.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Dados tabulados pelos autores.

Por fim, procuramos caracterizar a atividade econômica do Território Noroeste de Minas. Analisando o Valor Agregado Bruto (VAB) por setores notamos o quanto a atividade agropecuária é importante para os municípios locais. A participação média da atividade agropecuária em relação ao VAB chega a 32,83% no território, variando de 18,87% em Vazante até 72,39% em Guarda Mor. Seis municípios possuem mais 50% do VAB nesse setor, muito embora haja uma tendência de queda na participação da Agropecuária de 2000 para 2010, como ocorreu em Minas Gerais, que passou de 10,53% para 8,48%. No entanto, em quatro municípios houve aumento, Dom Bosco, Guarda Mor, Lagoa Grande e João Pinheiro, o que indica que essa atividade ainda

encontra espaço para expansão.

A participação da indústria no território ficou bem abaixo da média mineira. Em 2010 a participação do Estado nesse setor foi de 33,58%, enquanto a participação no território foi de 24,31%, com grande variação entre os municípios. De um lado, onze municípios registram percentuais inferiores a 10%, com destaque para Guarda Mor com apenas 4,17%, enquanto o Lagamar (24,48%), Paracatu (39,29%) e Vazante (43,40%) possuem maior participação no setor, o que se deve em grande medida a indústria de extração de minerais que vem expandido suas atividades.

Noroeste de Minas	Participação percentual sobre o Valor Agregado Bruto - VAB						VAB PC Total (Mil)	Taxa de cresc. PIB 2000-10
	Agropecuária		Indústria		Serviços			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2010	
Arinos	37,71%	36,48%	9,21%	9,03%	53,08%	54,49%	134.790	3,95%
Bonfinópolis de Minas	56,80%	54,11%	4,56%	5,42%	38,64%	40,47%	91.628	3,06%
Brasília de Minas	42,58%	35,40%	20,68%	10,93%	36,74%	53,66%	127.849	1,43%
Chapada Gaúcha	50,68%	34,59%	6,00%	9,08%	43,32%	56,33%	63.453	3,49%
Dom Bosco	47,91%	50,72%	14,41%	5,63%	37,68%	43,65%	41.422	2,82%
Formoso	67,01%	45,25%	3,92%	5,84%	29,07%	48,91%	91.421	3,60%
Guarda-Mor	66,77%	72,39%	4,17%	4,06%	29,06%	23,55%	217.753	6,41%
João Pinheiro	37,28%	39,09%	10,00%	15,95%	52,72%	44,96%	664.143	7,84%
Lagamar	38,33%	33,81%	24,48%	24,81%	37,19%	41,38%	93.702	2,13%
Lagoa Grande	48,01%	50,30%	11,25%	13,57%	40,75%	36,13%	121.754	6,25%
Natalândia	36,82%	35,05%	6,82%	7,04%	56,36%	57,90%	25.084	4,37%
Paracatu	24,22%	19,86%	29,81%	39,29%	45,97%	40,85%	1.624.360	6,30%
Pintópolis	34,17%	22,81%	9,66%	10,27%	56,17%	66,92%	35.301	4,51%
Presidente Olegário	59,49%	53,40%	6,01%	6,26%	34,49%	40,33%	249.254	1,95%
Riachinho	35,96%	31,40%	7,59%	8,23%	56,45%	60,37%	53.342	4,36%
Santa Fé de Minas	33,68%	30,48%	9,53%	8,79%	56,80%	60,72%	25.138	4,99%
São Gonçalo do Abaeté	50,33%	39,59%	5,83%	10,14%	43,84%	50,27%	95.916	6,02%
São Romão	26,79%	24,21%	10,06%	11,23%	63,15%	64,55%	56.271	6,50%
Uruana de Minas	61,39%	37,13%	3,77%	9,91%	34,84%	52,96%	27.528	-0,56%
Uruçuaia	39,14%	30,09%	10,39%	10,99%	50,47%	58,92%	69.332	6,73%
Varjão de Minas	60,10%	52,29%	7,42%	11,84%	32,47%	35,87%	84.236	2,68%
Vazante	20,81%	18,87%	36,38%	43,40%	42,81%	37,72%	364.895	5,68%
Total Território	37,90%	32,83%	18,44%	24,31%	43,66%	42,86%	4.358.572	5,39%
Minas Gerais	10,53%	8,48%	31,51%	33,58%	57,96%	57,94%	307.864.864	4,53%

Tabela 3 - Participação percentual do Valor Agregado Bruto por setores (2000-10), VAB 2010 e Taxa de crescimento do PIB

Fonte: IBGE. Tabulação dos autores.

O setor de serviços tem participação menor que o Estado no VAB, enquanto o Estado registrou 57,94% em 2010, o Noroeste de Minas registrou 42,86% (Tabela 3), com grande variação entre os municípios. Essa baixa participação do setor de serviços, revela atraso econômico do território, pois à medida que as economias dos municípios vão se desenvolvendo, a tendência é o crescimento do setor de serviços sobre os outros dois, situação que não está ocorrendo. Assim, no território, encontramos diversos municípios com participação significativa da Agropecuária que não consegue dinamizar o setor de serviços, como é o caso de Guarda-Mor e Lagoa Grande.

Podemos observar a partir dos dados da Tabela 3 que a geração de VAB no Território está concentrada em poucos municípios. Paracatu é o grande destaque com 37,27% do VAB do território, seguido de João Pinheiro com 15,24%; incluindo Guarda-Mor, Presidente Olegário e Vazante, o VAB para os cinco municípios atinge

R\$ 3,12 bilhões em 2010, equivalente a 71,59% do VAB do território. De outro lado, cinco municípios (Dom Bosco, Natalândia, Pintópolis, Santa Fé de Minas e Uruana de Minas) geram apenas 3,54% do VAB do território. Portanto há uma grande assimetria econômica.

A análise do comportamento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2000 e 2010 complementa a análise econômica. A primeira observação, é que a média de crescimento do PIB no território (5,39%) é superior à média mineira (4,53%). Porém, esse comportamento não foi o mesmo entre todos os municípios do território, foram oito os municípios que cresceram acima da média do estado, dos quais, quatro estão entre os cinco de maior participação no VAB e no PIB do território (Paracatu, João Pinheiro, Vazante e Guarda-Mor). Os outros quatro, são municípios de menor expressão econômica e que vem apresentado expansão na atividade agropecuária nos últimos anos (Lagoa Grande, São Gonçalo do Abaeté, São Romão e Uruçuaia). Santa Fé de Minas (4,99%), cresceu acima da média do Estado, mas inferior ao território. Os outros 13 apresentaram crescimento inferior ao do Estado, com destaque para Uruana de Minas que perdeu PIB no período analisado.

Assim, uma política de desenvolvimento territorial precisa ser planejada para promover crescimento econômico mais equilibrado entre os diferentes municípios, haja vista a assimetria econômica e social existente dentre os municípios do Território.

5 | AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTOS PRONAT/PROINF NO TERRITÓRIO RURAL NOROESTE DE MINAS

A identificação dos Projetos Pronat/Proinf no Território Noroeste de Minas se deu pelo balanço disponibilizado no SGE (Sistema de Gestão Estratégica) da SDT para a Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) avaliar os projetos implantados no Território entre 2003 e 2012. De posse da base de dados fornecidos pelo SGE/SDT foram identificados 29 projetos para levantar informações sobre o nível de efetividade das ações financiadas com recursos do Proinf (Tabela 4). Assim sendo, em dois momentos distintos (2011 e 2013) foram entrevistados os gestores e beneficiários dos Projetos Proinfs. Logo, o desenvolvimento dessa seção, parte da base de dados dos 66 formulários aplicados pela CAI juntamente com os relatos pessoais dos 29 responsáveis por elaborar ou executar a implantação de cada um dos projetos.

Conforme pode ser observado na Tabela 4, dos 29 projetos identificados, segundo a sua natureza, quatro são projetos de custeio e 25 são projetos de investimento. Segundo o Manual Proinf (2011:09) os projetos de investimentos recebem recursos para “investimento em obras, máquinas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar”, enquanto os recursos de custeio “permitem fortalecer os processos de organização e de capacitação dos grupos de beneficiários, organizações e demais agentes de desenvolvimento territorial”.

O balanço dos projetos segundo a situação da obra em dezembro de 2013 (fim

das pesquisas de campo) era o seguinte: 23 projetos foram concluídos, o que significa que já haviam sido implantados pela SDT; dois em situação normal, o que significa que está em execução e quatro não iniciados, o que significa que foram aprovados pela SDT, mas não foram implementados.

Os números brutos dos projetos por si só já demonstram a baixa capacidade do Proinf em promover desenvolvimento rural no Noroeste de Minas. Entre 2003 e 2012, ou seja, em 10 anos, foram financiados pelo Proinf, efetivamente, apenas 25 projetos (2,5 projetos por ano), excluindo os quatro projetos não iniciados (Tabela 4). O valor bruto desses projetos atingiu a cifra de R\$ 2.778.814,51, dos quais R\$ 2.451.838,00 foram recursos do MDA. O que significa que o volume anual médio investido pelo Proinf (custeio e investimento) no Território foi de apenas R\$ 277.881,45.

Para analisar melhor o impacto perante o território, separamos os projetos que foram demandados a partir do Colegiado Territorial dos projetos que foram demandados a partir de emendas parlamentares. O Pronat, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), apoia “ações conjuntas entre municípios, territórios, estados, União e instituições sem fins lucrativos, na forma de investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais e beneficiários do MDA que estão nos territórios” (MANUAL PROINF, 2011, p.8-9). O acesso ao apoio pode se dar via colegiado territorial, ou diretamente ao programa, por instituições locais que utilizam a intermediação parlamentar.

Os dados da Tabela 4 demonstram que onze projetos foram implantados no Território a partir da demanda do colegiado, sete destinados a investimentos e quatro para custeio, totalizando R\$729.338,00 de repasse do MDA. A aprovação dos projetos concentrou-se no ano de 2005 com seis projetos, dois em 2006 e apenas um para cada ano de 2007, 2008 e 2010, enquanto, nos anos de 2003, 2004, 2011 e 2012 não foi liberado nenhum projeto.

O valor é baixo, principalmente, se for considerado o período, o que dá aproximadamente R\$73.000,00 por ano para todo o Território, sendo que os projetos de investimentos foram direcionados para atividades agropecuárias, que destinavam realizar ações em mais municípios, porém, nas entrevistas foi verificado que as ações vêm se restringindo ao município proponente do projeto, ou seja, os projetos implantados a partir do colegiado tem impacto em seis municípios dentre os 22. Os projetos de custeio visavam apoio, mobilização e qualificação de atores locais para o desenvolvimento territorial rural e a qualificação de agricultores familiares em 21 comunidades rurais.

Na segunda parte da Tabela 4 estão os projetos Proinf frutos de Emendas Parlamentares. Foram identificados 14 projetos concluídos, reunidos em seis municípios, todos vizinhos na parte sul do Território (Mapa 1): quatro em Vazante, quatro em Presidente Olegário, três em Varjão de Minas, um em Lagoa Grande, um em Lagamar e um em Paracatu. Considerando esse tipo de implementação de projetos, alguns municípios são “privilegiados” com tais emendas parlamentares, enquanto a maioria dos municípios do Território não consegue articular-se para buscar essa fonte de projetos.

Em Varjão de Minas e Vazante, os proponentes, as respectivas prefeituras municipais, mantêm a posse e gestão dos bens para a realização de serviços em geral ao público beneficiário do programa, normalmente, tais bens estão sob-responsabilidades das Secretarias Municipais de Agricultura. Essa situação também ocorre nos municípios de Arinos e João Pinheiro, com os viveiros de mudas e com os caminhões em Bonfinópolis de Minas e Presidente Olegário que são oriundos de projetos de investimentos demandados pelo Colegiado.

Ano	Natureza	Proponente	Objeto	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação Obra	Origem da demanda
2005	INVEST.	PM DE ARINOS	CONSTRUCAO DE VIVEIRO DE MUDAS	43.250,79	38.541,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2005	INVEST.	PM DE JOAO PINHEIRO	IMPLANTACAO DE VIVEIRO DE MUDAS E SISTEMA DE IRRIGACAO.	71.057,29	54.666,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2005	CUSTEIO	CEDESC	MOBILIZACAO DE ATORES SOCIAIS E PRODUCAO DE RELATORIOS DO PTDRS	53.613,60	52.800,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2005	CUSTEIO	CEDESC	FORMACAO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	18.182,00	18.000,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2005	INVEST.	PM DE PRESIDENTE OLEGARIO	AQUISICAO DE VEICULO 1.0. E QUIP. ELETRONICOS PARA COLEGIADO	32.917,25	30.070,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2005	INVEST.	PM DE PRESIDENTE OLEGARIO	APOIO A PRODUCAO - IMPLANTACAO DE VIVEIRO PRODUCAO DE MUDAS	46.273,88	38.541,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2006	INVEST.	PM DE BONFINOPOLIS DE MINAS	AQUISICAO DE CAMINHAO DE 15 TONELADAS E CACAMBA BASCULANTE	187.980,07	179.995,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2006	INVEST.	PM DE NATALANDIA	CONSTRUCAO DO LABORATORIO DA EFA E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	79.273,86	71.925,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2007	INVEST.	PM DE ARINOS	IMPLANTACAO CENTRO CAPACITACAO	123.210,04	80.000,00	CONCLUIDA	COLEGIADO
2008	CUSTEIO	CEDESC	PROMOVER O TERRITORIO NOROESTE POR MEIO DE ACOES DE MOBILIZACAO	67.800,00	64.800,00	NORMAL	COLEGIADO
2010	CUSTEIO	CARITAS DIOCESANA DE PARACATU	ESTRUTURACAO DE CADEIAS PRODUTIVAS DA AF.	119.320,00	100.000,00	NORMAL	COLEGIADO
Subtotal: demanda Colegiado				842.878,78	729.338,00		
2005	INVEST.	PM DE LAGOA GRANDE	AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA	76.285,53	50.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2006	INVEST.	PM DE VAZANTE	EQUIPAMENTOS PARA POTENCIALIZAR E AGREGAR VALORES A PRODUTOS DA AF.	29.739,29	25.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2007	INVEST.	PM DE PRESIDENTE OLEGARIO	AQUISICAO DE CAMINHAO 211 CV E CARROCERIA DE MADEIRA	157.000,00	130.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2008	INVEST.	PM DE PRESIDENTE OLEGARIO	AQUIS. DE 1 TRATOR 75 CV E GRADE ARADORA, 2 ARADOS, 2 FORRAGEIRAS E 1	122.830,00	100.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2008	INVEST.	PM DE VARJAO DE MINAS	AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA E GRADE	103.518,55	100.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2008	INVEST.	PM DE VAZANTE	AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA - TRATOR 106CV	104.292,36	100.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2009	INVEST.	PM DE VARJAO DE MINAS	AQUISICAO EQUIPAMENTOS AGRICOLA PARA AGRICULTURA FAMILIAR	130.800,00	100.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2009	INVEST.	PM DE VAZANTE	AQUISICAO DE 2 VEICULOS, 1 ROTOCANTEIRADOR E 2 ENSILADEIRAS	225.100,00	200.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2009	INVEST.	PM DE VAZANTE	AQUISICAO DE VEICULO E IMPLEMENTOS PARA APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	110.700,00	100.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2010	INVEST.	PM DE GUARDA-MOR	AQUISICAO DE TRATOR E IMPLEMENTOS	103.700,00	100.000,00	NAO INICIADA	EMENDA
2010	INVEST.	PM DE LAGAMAR	AQUISICAO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS PARA AF.	100.000,00	97.500,00	CONCLUIDA	EMENDA
2010	INVEST.	PM DE PRESIDENTE OLEGARIO	AQUISICAO DE 01 TRATOR 88CV 4X4 E 03 PERFURACOES DE POCOS ARTESIANOS	212.670,00	200.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2010	INVEST.	PM DE PRESIDENTE OLEGARIO	AQUIS. DE PATRULHAS MECANIZADAS: TRATORES, E GRADES ARADORAS	205.000,00	200.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2010	INVEST.	PM DE URUANA DE MINAS	APOIO A INFRAESTRUTURA COM AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	117.758,00	114.758,00	NAO INICIADA	EMENDA
2010	INVEST.	PM DE VARJAO DE MINAS	AQUISICAO DE RETRO ESCAVADEIRA	204.000,00	200.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
2010	INVEST.	PM DE VARJAO DE MINAS	ABERTURA DE NOVA ESTRADA VICINAL A BR 365	156.000,00	150.000,00	NAO INICIADA	EMENDA
2011	INVEST.	PM BRASILANDIA	AQUISICAO DE 01 TRATOR, 01 CARRETA, 01 GRADE ARADORA e 01 ARADO	116.700,00	97.500,00	NAO INICIADA	EMENDA
2011	INVEST.	PM PARACATU	AQUISICAO DE CAMINHAO 3/4 COM BAU REFRIGERADO	154.000,00	120.000,00	CONCLUIDA	EMENDA
Subtotal: demanda Emenda Parlamentar				2.430.093,73	2.184.758,00		
Total Geral (R\$)				3.272.972,51	2.914.096,00		-

Tabela 4 – Projetos Pronat/Proinf financiados no Noroeste de Minas

Fonte: SGE/SDT/MDA

O volume de recursos também é baixo para os projetos Proinf oriundos de emenda Parlamentar. Os quatorze Projetos de investimentos executados totalizam R\$ 1.722.500,00 de repasse do MDA e cerca de R\$ 200.000,00 de contrapartida. O valor médio de cada projeto concluído foi inferior a R\$ 140.000,00, concentrados a sua liberação nos anos de 2008, 2009 e 2010, um a cada ano entre 2005 e 2007, dois em 2011 e nenhum em 2012.

Analisando os 21 projetos de natureza investimento efetivamente implantados (colegiado e emenda parlamentar), verificamos que eles estão beneficiando apenas dez municípios dentre os 22 que fazem parte do território, concentrados em Presidente Olegário, seis projetos, Vazante, quatro projetos e Varjão de Minas, três projetos. Enquanto doze municípios não foram contemplados com nenhum projeto no período, o que indica que foi feito muito pouco para enfrentar a assimetria econômica e social do território, especialmente para municípios como Dom Bosco, Natalândia, Pintópolis, Santa Fé de Minas e Uruana de Minas que estão no Vale do Urucuia e registram baixos indicadores socioeconômicos.

No balanço geral, foi identificado que dos 21 projetos investimento efetivamente implantados, três estão parados (Laboratório da Escola Família Agrícola em Natalândia, Centro de capacitação em Arinos e equipamentos para processamento de produtos da Agricultura Familiar em Vazante); enquanto os três viveiros de mudas foram avaliados de forma distinta, dois deles com mais de 60% de capacidade ociosa e um com utilização total. Já os dezesseis projetos destinados à aquisição de tratores e implementos, caminhões e retroescavadeira receberam por parte dos entrevistados nota média de utilização na faixa entre 60% a 100%, com grande variação.

A grande variação na utilização dos equipamentos segundo os entrevistados está, de um lado, na necessidade de ampliação dos empreendimentos, como no caso dos caminhões, em que um caminhão para municípios de grande extensão e com número significativo de agricultores familiares é incapaz de atender a todas as demandas, ou de comunidades grandes e organizadas em que um trator com equipamentos é insuficiente. Por outro lado, alguns equipamentos são bastante subutilizados. Segundo os entrevistados isso decorre de situações em que alguns tratores e equipamentos foram enviados para comunidades pequenas, ou de equipamentos que foram enviados a comunidades que não possuíam tratores, ou gestões municipais que deixam a “agricultura familiar em segundo plano”.

Para se ter uma noção dessa grande variação, a CAI encontrou comunidades em que o trator havia trabalhado mais de 1.200 horas num ano, enquanto em outra comunidade, o trator equivalente havia feito 200 horas. O que significa que é preciso melhorar a gestão dos equipamentos, pois, é um recurso público, que subutilizado em um local, deveria ser compartilhado com outros, opina alguns entrevistados.

Ainda de acordo com o trabalho da CAI, a partir das entrevistas, foi levantado que nenhum projeto concluído tem prestação de contas abertas ao público, nem mesmo ao Colegiado do Território, que deveria acompanhar a sua gestão. Bem como,

nenhum mantém um sistema de gestão participativa: o gerenciamento fica a cargo do gestor, exclusivamente. Por isso mesmo, cerca de 40% dos entrevistados apontaram dificuldades para acessar os empreendimentos localmente e 86% declararam que os beneficiários desses projetos não participaram da fase de elaboração. Foi identificado que não existe fiscalização entre o que foi proposto no plano de trabalho inserido no Siconv e aquilo que de fato cada projeto realiza.

Quando em visita aos empreendimentos, a CAI apontou dificuldades em elencar os beneficiários de alguns projetos, que não são explicitados na realização de suas ações, não existe uma lista acessível a todos, falta maior transparência, inclusive para a incorporação de novos beneficiários. Bem como falta criar maior capacidade operacional e financeira para o seu funcionamento.

Com base nos formulários aplicados, pudemos apurar que os projetos implantados no Noroeste de Minas via Proinf não estão vinculados ao PTDRS, não incorporam amplos segmentos da sociedade, com o grupo de pescadores e ribeirinhos, mulheres, jovens e quilombolas, nem o público do Programa Brasil Sem Miséria, especialmente os projetos de emendas parlamentares. Ao mesmo tempo, os projetos estão concentrados em atividades produtivas da agricultura em detrimento de outras áreas (educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outras), capazes de promover desenvolvimento rural. Ou seja, são empreendimentos que apoiam a produção agrícola local, por meio de melhorias em infraestrutura rural, preparo da terra e plantio e transporte, atendendo parte da demanda do setor que tem grande peso no território.

Não obstante, quando questionados sobre a capacidade que tais empreendimentos têm para gerar agregação de renda, os entrevistados apontaram que é baixa, pois auxiliam nas atividades que já estão atuando, principalmente, na produção de leite, sem promover transformação para agregar valor, como o processamento dos produtos agrícolas. Por fim, são empreendimentos que não auxiliam na busca de novos mercados e de abrangência municipal.

Segundo os entrevistados, os empreendimentos melhoraram muito pouco a qualidade de vida dos beneficiários, para a maioria não alterou a renda dos beneficiários e encontraram dificuldades para apontar melhorias no território, pois são projetos locais/pontuais perante um território superior a 60 mil km², sem grandes impactos no território para inclusão de novas famílias de agricultores familiares ao processo produtivo.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que uma política de indução ao desenvolvimento territorial rural é um importante instrumento de promoção de comunidades rurais atrasadas e esquecidas, conforme vem ocorrendo com a indução e o financiamento de empreendimentos no Noroeste de Minas, mas é preciso corrigir a sua trajetória para reduzir as assimetrias

entre os municípios rurais e promover diversificação produtiva, geração de emprego e renda, acesso à cultura e a programas sociais, entre outros.

Análise a partir dos dados do Proinf no Território Rural Noroeste de Minas evidencia um baixo resultado efetivo, especialmente se forem considerados a extensão do Território, a assimetria econômica e social entre os municípios, o número de agricultores familiares e o número de municípios envolvidos. Podemos afirmar que os empreendimentos não contribuíram para redução de assimetrias entre os municípios do Território do Noroeste de Minas, em particular os municípios mais pobres e que apresentaram os mais baixos indicadores econômicos e sociais.

É preciso avaliar com maior profundidade os problemas inerentes ao processo de desenvolvimento territorial no Território Noroeste de Minas, pois os próprios membros do Colegiado em entrevistas “avaliam que não conseguiram a aprovação de todos os projetos criados e voltados para o Território, bem como o valor do Proinf para essa modalidade é insuficiente para resolver os problemas locais de produção e geração de renda”.

Analisado no conjunto, os empreendimentos Proinfs apresentaram problemas que resultaram em baixa avaliação pelos entrevistados, especialmente em uma análise de impacto para promoção do desenvolvimento territorial rural, pois os empreendimentos são localistas (abrangem, em sua maioria, apenas o município ou parte dele), a gestão quase sempre não é participativa, o colegiado desempenha um papel muito pequeno em suas várias fases, o público beneficiário é restrito, pois são projetos agraristas, entre outras limitações. O que significa, na prática, muito pouco para enfrentar o quadro de pobreza e baixo IDH de muitos municípios do território.

Por outro lado, é importante sinalizar que, mesmo não possuindo impactos significativos no âmbito do Território e não contribuído para redução de assimetrias, o programa Proinf não pode ser refutado, pelo contrário, ele precisa ser remodelado, ser ampliado em volume e número de projetos executados no território. Isto porque alguns projetos apresentam impactos positivos significativos dentro das comunidades onde estão inseridos, ajudaram os agricultores familiares a ampliar sua produção. Ao mesmo tempo, é preciso maior apoio da SDT/MDA nas fases de planejamento, elaboração, execução e gestão dos projetos, especialmente quando se busca uma gestão participativa para entidades que não estão acostumadas a lidar com a situação e na ampliação de recursos.

Nesse contexto, conforme argumentaram muitos entrevistados, os empreendimentos do Proinf devem continuar e serem ampliados, todavia, ressaltam que é importante a ampliação de recursos acompanhados de fiscalização e cobranças dos gestores para ampliar sua ação local e impactar, de fato, um território superior a 60 mil km² e com grandes diferenças econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. **Revista de Sociologia da USP**. v. 16, n. 2, nov. de 2004.
- BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Orgs.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999, p. 33-43.
- BAUMANN, R. O Brasil nos anos 1990: uma economia em transição. In: BAUMANN, R. (Org.) **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BECATTINI, G. Os Distritos Industriais na Itália. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Org.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999, p. 45-58.
- BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. **Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Apresenta informações sobre o Ministério e suas atividades**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em 19 de março de 2014.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedades e Agricultura**, n. 8, p. 70-82, 1997.
- FRANCO, A. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentado**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.aed.org.br/dlis>>. Acessado em 10 de novembro de 2012.
- FIORI, J. L. O federalismo diante do desafio da globalização. In: AFFONSO, R. B. A.; GRAZIANO DA SILVA, P. L. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- FORO IESA (Foro IESA sobre la Cohesión de los Territorios Rurales). **Del desarrollo Rural al desarrollo Territorial: Reflexiones a partir de la experiencia española**. Primer Documento, diciembre 2009.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- JESUS, C. M. **Desenvolvimento Territorial Rural: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha**. 2013. Uberlândia: 287 p. (Tese de doutorado).
- MANUAL PROINF. **Manual de Operacionalização do Proinf 2011**. SDT/MDA. Brasília, 2011.
- MENDONÇA, N. C. **Os desafios do desenvolvimento territorial rural: limites e possibilidades das estratégias dos governos FHC e LULA**. Uberlândia: 2005. (Dissertação de Mestrado).
- MENDONÇA, N. C.; ORTEGA, A. C. Estratégias de desenvolvimento territorial: Governo FHC X Governo do Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva. **Anais do X Encontro Nacional de Economia Política**, Campinas, 24 a 27 de Maio de 2005, volume disponível em CD.
- MOYANO ESTRADA, E. Agricultura y desarrollo rural. ¿Es deseable la integración? ¿Es posible? **Jornadas sobre Desarrollo Rural**. IFIVA, Valência, 16 abr. 2010. 9p.
- ORTEGA, A.C. **Territórios Deprimidos: Os desafios das políticas de desenvolvimento territorial rural**.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. **Café e Território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. Campinas: Alínea, 2012.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Noroeste de Minas**. Minas Gerais, Colegiado Territorial/APTA/SDT/MDA – nov. de 2010.

ROCHA, M. R. T.; FILIPPI, E. E. Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos. **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Seminario Internacional, Bogotá, 2008.

SANTOS, M. **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SDT/MDA (Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário) **Colegiados Territoriais: Guia para a organização social dos territórios**. Documento de apoio 05. Brasília, 2010.

SEI/BA – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Relatório de pesquisa – Análise territorial da Bahia rural**. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Análise Territorial da Baía Rural. Salvador: SEI, 2004. (Série estudos e pesquisas, 71).

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

WORLD BANK. **Rural development strategy and action plan for the Latin America and Caribbean region**. Vol. 1. New York, set. 2001.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-132-9

